

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE EM UM ESTUDO MULTICÊNTRICO DE REFERÊNCIA PARA COMPOSIÇÃO CORPORAL EM CRIANÇAS DE ZERO A DOIS ANOS DE IDADE

FERNANDA WINKLER DE FIGUEIREDO¹; CAROLINE DOS SANTOS COSTA²;
JULIANE DE SOUZA CARDOSO³; MARTIELE OLIVEIRA³; NEIVA CRISTINA
JORGE VALLE²; INÁ DA SILVA DOS SANTOS²

¹Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC EAD) – fernandaw.figueiredo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – carolinercosta@gmail.com; njvalle@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – ju.souza591@gmail.com; martieleoliveira@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – inasantos@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O crescimento e o desenvolvimento infantis impactam diretamente a vida dos indivíduos, inclusive na fase adulta (SBP, 2008). As curvas de crescimento possibilitam a avaliação do crescimento infantil e a detecção de qualquer desvio da normalidade, que possa ocasionar danos a vida desse indivíduo. No entanto, as curvas de crescimento avaliam somente peso e comprimento da criança, independentemente da alimentação ou outros comportamentos. Além disso, esse instrumento não permite identificar a qualidade do crescimento em termos de composição corporal (ONIS et al., 2000).

Em vista disso, está sendo realizado um estudo longitudinal multicêntrico, do qual fazem parte uma amostra de crianças de Pelotas, cujo objetivo é avaliar mudanças longitudinais na composição corporal referentes à massa gorda e massa livre de gordura, bem como produzir dados de referência para crianças saudáveis, durante os dois primeiros anos de vida, utilizando técnicas de isótopos estáveis. Para isso, foram incluídas populações cujas práticas de cuidados infantis aproximam-se das recomendações atuais de saúde, especialmente aquelas relacionadas à alimentação. Assim, o objetivo deste trabalho é descrever os critérios de elegibilidade utilizados para escolha da amostra incluída no estudo multicêntrico.

2. METODOLOGIA

O “Estudo longitudinal de composição corporal de crianças até dois anos de idade utilizando técnicas de isótopos estáveis” utilizou como critérios de elegibilidade os seguintes fatores: idade materna, local de residência, renda familiar, tabagismo materno, número de fetos, intenção materna de amamentar, idade gestacional (IG), morbidade importante ao nascer e internação em unidade de tratamento intensivo (UTI) neonatal.

Foram incluídas na amostra crianças nascidas a termo (IG entre 37 e 41/6 semanas), sem morbidades importantes e/ou internação em UTI neonatal, de gestação única, filhos de mães maiores de 18 anos, residentes na cidade de Pelotas, de classe média ou alta, não fumantes, que tinham intenção de amamentar exclusivamente nos primeiros seis meses e continuar amamentando até pelo menos os 12 meses. O recrutamento foi realizado por nutricionistas treinadas, nos quatro hospitais da cidade de Pelotas, em duas etapas. A primeira etapa ocorreu no período de Setembro de 2014 a Fevereiro de 2015 e a segunda, no período de Março a Julho de 2017.

A análise estatística dos dados foi realizada através do software Stata versão 12.1 e descritas as prevalências de cada critério de elegibilidade referentes às fases 1 e 2. O estudo foi aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - Conep 1199651. Foram incluídas no estudo somente as mães que concordaram em participar mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 1377 gestantes na primeira fase do estudo e 1588 na segunda fase, tendo sido recrutadas 168 e 194 crianças em cada etapa, respectivamente.

A Figura 1 mostra a proporção de mães e bebês que não atenderam cada um dos critérios de inclusão do estudo. A prevalência da maioria dos critérios de exclusão mantiveram-se semelhantes nas duas fases do estudo, exceto baixa renda familiar e mães sem intenção de amamentar exclusivamente nos primeiros 6 meses, que diminuíram no período, e a proporção de bebês com morbidade importante ao nascer ou admitidos em UTI neonatal, que aumentou em mais de duas vezes (de 5,0% para 11,3%) de uma fase para outra. A proporção de mães sem intenção de amamentar exclusivamente nos primeiros 6 meses caiu a um terço do observado na primeira fase do estudo (de 31,0% para 10,0%).

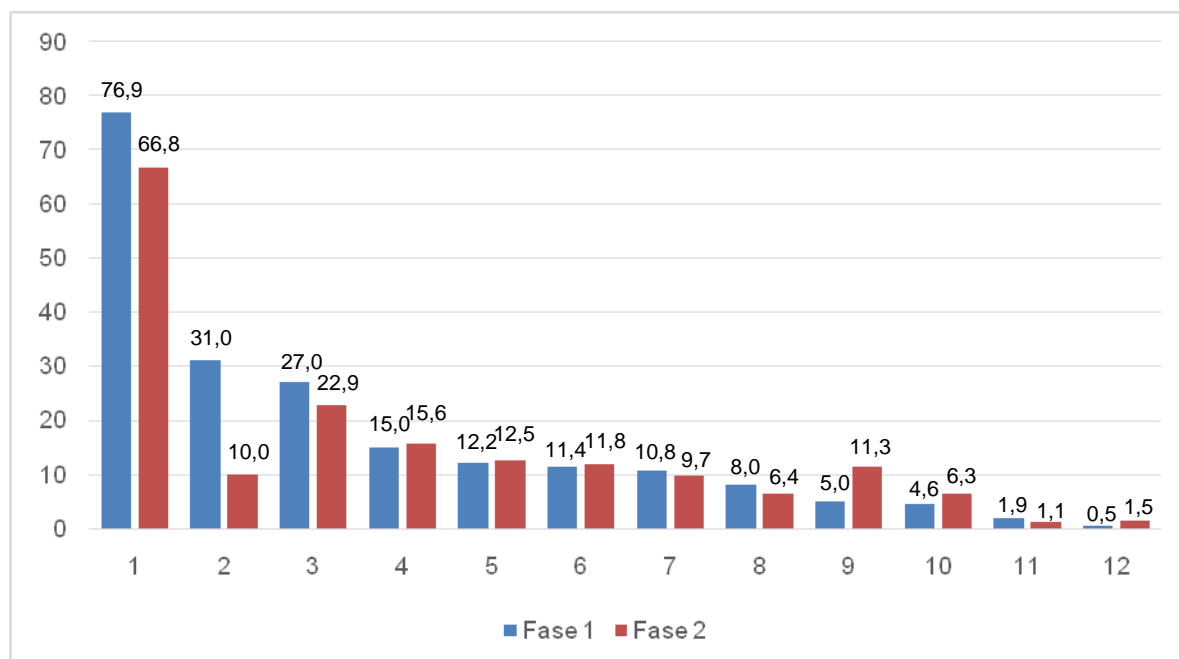


Figura 1 Prevalência dos critérios de elegibilidade

1. Renda familiar baixa; 2. Mãe sem intenção de amamentar exclusivamente nos primeiros 6 meses; 3. Mãe mora fora da área de estudo; 4. Nascimento pré ou pós termo (< 37 semanas ou > 41 semanas e 6 dias); 5. Idade gestacional desconhecida; 6. Mãe fumou durante a gestação; 7. Mãe sem intenção de amamentar por pelo menos 12 meses; 8. Idade materna menor que 18 anos; 9. Recém nascido com morbidade importante ou admitido em unidade de terapia intensiva; 10. Mãe com intenção de fumar após o parto; 11. Gestação múltipla; 12. Mãe sem intenção de amamentar.

O aumento na prevalência de morbidades importantes e de internações em UTI neonatal observados na segunda fase podem ser atribuídos a uma mudança na logística do estudo. Na primeira fase, o rastreamento de mães e bebês ocorreu de segundas a sextas-feiras e, na segunda fase, os finais de semana foram

incluídos. Partos eletivos, entre mães de baixo risco obstétrico, ocorrem em geral nos dias de semana (BARROS, 2011). Aos sábados e domingos ocorrem mais partos de emergência e, conseqüentemente, maior nascimento de crianças com morbidades ou com necessidade de internação em UTI neonatal.

Quanto à intenção de amamentar, um estudo de revisão encontrou associação entre a primiparidade e maior idade das mães com intenção de amamentar (VIEIRA, et al., 2016). Nas duas fases do estudo multicêntrico, a maioria das mães recrutadas estava na sua primeira gestação, confirmando este dado. Além disso, a média de idade das mães na segunda fase do estudo foi maior comparada à primeira fase (dados não apresentados).

Pode-se também supor que o aumento na intenção de amamentar está relacionado ao maior número de mães participantes do estudo que apresentaram renda mais alta (dados não apresentados). Embora FUJIMORI et al. (2010) não tenham encontrado associação entre duração do aleitamento materno e nível socioeconômico em um estudo realizado em São Paulo, com 261 crianças menores de dois anos de idade, BOFF et al. (2015) encontraram associação positiva entre o percentual de conhecimento sobre aleitamento materno e a renda familiar em um estudo realizado com 71 puérperas, no leito hospitalar da maternidade de Caxias do Sul.

4. CONCLUSÕES

Diante dos resultados aqui apresentados, é possível destacar a importância da determinação de critérios de elegibilidade na escolha de uma amostra, tendo em vista que, de 2965 mães entrevistadas, apenas 362 atenderam a todos os critérios e foram recrutadas para participar do estudo multicêntrico. No estudo em questão, são necessárias crianças com características ao nascer e que recebam cuidados consistentes com as práticas e comportamentos de saúde atualmente recomendados, visto que os resultados a serem alcançados servirão para a elaboração de uma referência mundial em composição corporal nos primeiros dois anos de idade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A.J.; SANTOS, I.S.; MATIJASEVICH, A.; DOMINGUES M.R.; SILVEIRA, M.; BARROS F.C.; VICTORA C.G. Patterns of deliveries in a Brazilian birth cohort: almost universal cesarean sections for the better-off. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 4, p. 635-643.

BOFF, A.D.G.; PANIAGUA, L.M.; SCHERER, S.; de GOULART, B.N.G. Aspectos socioeconômicos e conhecimento de puérperas sobre o aleitamento materno. **Audiology - Communication Research**, v. 20, n. 2, p. 141-145, 2015.

de ONIS, M.; GARZA, C.; VICTORA, C.G.; ONYANGO, A.W.; FRONGILLO, E.A.; MARTINES, J. for the WHO Multicentre Growth Reference Study Group. The WHO Multicentre Growth Reference Study: Planning, study design, and methodology. **Food and Nutrition Bulletin**, v. 25, n. 1, p. S15-S26, 2004.

FUJIMORI, E.; MINAGAWA, A.T.; LAURENTI, D.; MONTERO, R.M.J.M.; BORGES, A.L.V.; de OLIVEIRA, I.M.V. Duração do aleitamento materno em menores de dois anos de idade em Itupeva, São Paulo, Brasil: há diferenças entre os grupos sociais? **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, n. 1, p. 39-49, 2010.

SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria. **As novas curvas da Organização Mundial da Saúde propostas para crianças de 0 a 5 anos**. Sociedade Brasileira de Pediatria, Rio de Janeiro, mar. 2008. Acessado em 26 set. 2017. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2015/02/novas_curvas_oms_fev2011.pdf

VIEIRA, T. de O.; MARTINS, C. da C.; SANTANA, G.S.; VIEIRA, G.O.; SILVA, L.R. Maternal intention to breastfeed: a systematic review. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 12, p. 3845-3458, 2016.